

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO: PERCEPÇÃO DE PROFESSORES

EDUCATION IN SEXUALITY IN HIGH SCHOOLS: THE PERCEPTION OF TEACHERS

Giovanna Souza Picolo

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7961-5707>

Célia Regina Rossi

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2903-4955>

Resumo

O estudo realizou uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica buscando apontar as principais questões levantadas pelos professores de Ensino Médio no que tange à Educação em Sexualidade nas escolas. Foi realizado um levantamento de artigos publicados no período de 2013 a 2022, em português no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram usados os descritores “Educação Sexual”, “Ensino Médio” e “professores” e a análise está calçada na proposta de Bardin. Os trabalhos escolhidos apresentam em seu resumo referências à temática de Educação em Sexualidade nas escolas de Ensino Médio. Os resultados apontaram para o despreparo e insegurança dos professores para lidar com as manifestações e dúvidas dos alunos na temática de sexualidade, bem como a Educação em Sexualidade ser exercida somente nos conteúdos de reprodução humana, métodos contraceptivos, prevenção à gravidez e infecções sexualmente transmissíveis. Destaca-se, a necessidade de investimentos em formação continuada para que essa temática seja exercida dentro e fora do ambiente escolar, como um dos meios para a restituição da Educação em todas as suas configurações e conhecimentos.

Palavras-chave: Educação em sexualidade. Ensino médio. Professores. Formação continuada.

Abstract

The study carried out qualitative and bibliographical research seeking to highlight the main questions raised by high school teachers regarding Sexuality Education in schools. A survey of articles published between 2013 and 2022, in Portuguese, was carried out on the Periodicals Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes). The descriptors “Sexual Education”, “High School” and “teachers” were used and the analysis is based on Bardin’s proposal. The chosen works present in their summary references to the theme of Sexuality Education in High Schools. The results pointed to the unpreparedness and insecurity of teachers to deal with students’ manifestations and doubts on the topic of sexuality, as well as Sexuality Education being carried out only in the contents of human reproduction, contraceptive methods, prevention of pregnancy and sexually transmitted infections. The need for investments in continued training stands out so that this theme can be exercised inside and outside the school environment, as one of the means for restoring Education in all its configurations and knowledge.

Keywords: Education in Sexuality. High School. Teachers. Continuing training.

INTRODUÇÃO

Em nossa cultura, o termo “sexualidade” é constantemente associado ao sexo e ao ato sexual, desencadeando movimentos pró e anti-sexuais, onde, segundo Ribeiro (2013), a sociedade brasileira do século XX vive uma oscilação entre progressos e regressos em relação a como lidar, compreender e conceber a sexualidade em sua abrangência biológica, psicológica e social e à possibilidade de implementação da Educação em Sexualidade nas escolas. Para o presente artigo, adota-se o termo “Educação em Sexualidade” pois compreende uma atividade do sujeito em seu processo de aprendizagem, e não somente como um receptor de informações. Louro (2019) traz a compreensão de que a sexualidade se constitui como questão social e política; assim, a sexualidade é “aprendida”, ou melhor, construída, ao longo de toda sua vida, de muitos modos por todos os sujeitos” (Louro, 2019, p.11).

Para Avila, Toneli e Andaló (2011), a defesa de que as escolas de ensino fundamental e ensino médio

no país devem ser promotoras dos direitos sexuais e fonte de informação sobre sexualidade, parte da ideia de que a instituição escolar deve preparar seus alunos para o exercício responsável da sexualidade. Contudo, como apontado pelos autores, o Ministério da Educação (Brasil, 2005) também sinaliza e aponta que “a escola, juntamente com outros espaços sociais, cumpre um papel na reprodução de mecanismos relativos à dominação masculina e heteronormativa” e já mostra com evidência os desafios de tornar rede pública de ensino

um local privilegiado para a construção de uma consciência crítica e de desenvolvimento de práticas que se pautem pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos, contribuindo para alterar o quadro dessa dominação (Brasil, 2005, p.6).

Logo, não se é possível desvincular a sexualidade das escolas uma vez que ela é inerente nos sujeitos que compõem esse ambiente: professores, alunos, gestores, funcionários, etc. Contudo, “É indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz.”(Louro, 1997, p. 80). Maia e Ribeiro (2011) colocam que as manifestações, valores e atitudes ligadas à sexualidade de um indivíduo são partes de uma Educação em Sexualidade que o acompanharão do início ao final de sua vida. Esta educação, inicialmente, possui uma modalidade não intencional e é exercida primeiramente pela família e posteriormente por outros grupos sociais e influências, como amigos, mídias, livros etc. É nela que se constroem os primeiros valores sexuais e morais. Já a Educação em Sexualidade dotada de intencionalidade são, segundo Werebe (1998), as intervenções na temática de sexualidade que possuem características precisas, sistematizadas, regulares e planejadas; podendo ocorrer em diversos espaços e ter de crianças à adultos como seu público alvo.

Uma vez estando em contato com crianças, adolescentes e jovens, os professores transmitem de forma informal diversas mensagens, implícitas ou explícitas, sobre a sexualidade, contribuindo para que os estudantes construam suas ideias, seus valores e seus sentimentos em relação a ela.

Conforme ressaltado por Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana – ECOS (2001), a educação deve ser compreendida como um direito que as crianças e adolescentes têm de conhecer seu corpo e, dessa forma, tenham uma visão positiva de sua sexualidade e a garantia de uma Educação em Sexualidade sadia, pautada em valores e hábitos condizentes com a valorização da vida, respeito a todos e todas, sempre valorizando e respeitando os direitos humanos. O Ministério da Saúde (2009) em um de seus documentos intitulado Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais adolescentes, destaca dez direitos básicos e fundamentais a sexualidade dos adolescentes:

- Direito de viver e expressar livremente a sexualidade sem violência, discriminações e imposições, e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a);
- Direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual;
- Direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças;
- Direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física;
- Direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual;
- Direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre outras;
- Direito de ter relação sexual independente da reprodução;
- Direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs);
- Direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação;
- Direito à informação e à educação sexual e reprodutiva (Brasil, 2009, p. 4).

Para Furlanetto et al. (2018), as ações ligadas à Educação em Sexualidade na rede de Ensino Médio se caracterizam por intervenções pontuais e realizadas por profissionais não pertencentes ao quadro de funcionários das escolas. “Essas atividades atingem apenas uma parte da população escolar, concentrando 75% das ações no ensino fundamental (5º ao 9º ano), e 25% no ensino médio” (Furlanetto et al. 2018, p. 559).

Dados apontados pelos autores acima (2018) sinalizam que a Educação em Sexualidade hoje abordada em aulas de biologia nos anos finais do Ensino Fundamental II e no Ensino Médio tem os professores de Ciên-

ciências e Biologia como principais responsáveis (16,6%), enquanto nas intervenções externas, caracterizadas por ações temporárias na escola, profissionais da Enfermagem se destacam (37,5%). A maioria dos estudos analisados pelos autores caracterizam pesquisas e intervenções com objetivos voltados à formação de profissionais da área da saúde, assim como estágios universitários ou projetos de extensão.

As ações em sua maioria acabam focando no fornecimento de informações relacionadas ao cuidado com a própria saúde, à biologia do sexo e demais características. Em outros casos analisados por essa pesquisa acima, ainda há com menor ênfase e prevalência, abordagens sobre questões de gênero e identidade, preconceitos, diversidades culturais e familiares.

Na eleição dos temas envolvidos nas intervenções, identificou-se também a abordagem dialógica. Nessas intervenções, considerava-se o relato dos alunos como relevante e necessário para a construção do conhecimento, permitindo que as temáticas trabalhadas emergissem da participação das turmas. Apesar disso, muitas intervenções continuaram enfatizando temas relativos à área da saúde sexual e reprodutiva e não abordaram a sexualidade como construção social e histórica, incluindo discussões sobre papéis e identidades de gênero, conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Furlanetto et al. 2018, p. 560).

Para Bordini (2012) tal concepção hoje inserida nos currículos escolares das disciplinas de Ciências é subsequente de conteúdos da Biologia, Física, Química e Genética. Assim, a visão do corpo como um produto de evolução biológica da espécie é tomada como universal.

A sexualidade é concebida como derivada da Fisiologia e resultante da ação dos hormônios sexuais, ou seja, a educação para a sexualidade, ensinada pelo viés da disciplina de Ciências, é considerada como a reunião de diferentes saberes científicos, vindos principalmente da Medicina, da Biologia e da Fisiologia (Bordini, 2012, p.67).

Assim, as necessidades dos jovens e crianças compõem o cerne da Educação em Sexualidade, onde o ponto de partida e chegada de ações são suas dúvidas e expectativas sobre o assunto (Werebe, 1998). Logo, planejamento, organização e intencionalidade são os pilares das ações em Educação em Sexualidade, buscando oferecer uma formação que integre os conhecimentos com as vivências do sujeito e incitem reflexões e mudanças de atitudes frente à sexualidade, bem como a transformação de valores para uma cidadania combativa às discriminações e violências. (Maia, Ribeiro, 2011). Os elementos oferecidos pela Educação em Sexualidade são:

- conhecer o próprio corpo, seu funcionamento, suas exigências; aprender a aceitar o próprio corpo, um corpo sexuado;
- conhecer o seu desenvolvimento psicosssexual, nas suas diferentes fases, segundo a idade e o sexo;
- conhecer o lugar e a significação de sua sexualidade e suas manifestações; compreender as dimensões afetivas da sexualidade, aceitá-la como fonte de prazer e satisfação;
- conhecer e compreender os comportamentos sexuais comuns em cada idade, para os dois sexos e sua frequência;
- conhecer e compreender o desenvolvimento da identidade sexual, as questões ligadas à masculinidade e feminilidade;
- compreender o que significa viver como homem ou mulher na sociedade em que se encontra, e aprender a respeitar o outro sexo, seus direitos e deveres
- rejeitar a dupla moralidade em matéria sexual (liberdade para o homem e repressão para a mulher);
- aceitar a igualdade de direitos, rejeitando a discriminação em relação aos dois sexos e as diferentes etnias e nacionalidades.
- conhecer e compreender as diferentes orientações sexuais e aprender a respeitá-las;
- conhecer e compreender os diferentes valores culturais e morais ligados à sexualidade;
- adotar as decisões próprias sobre suas opções em matéria de vida sexual, afetiva, com base nos conhecimentos adquiridos e nos seus valores culturais, morais e/ou religiosos;

- saber que nas relações afetivas e sexuais é necessário respeitar seus parceiros, suas necessidades, desejos, opções e valores;
- assumir comportamentos responsáveis com relação à sua saúde sexual à contracepção, à prevenção de moléstias sexualmente transmissíveis (Werebe, 1998, p.178).

Ou seja, legitima-se uma Educação em Sexualidade que transcende o sentido biológico, orgânico e profilático, e que compreenda a sexualidade, a saúde sexual e as relações de gênero como uma questão inerentemente social, educacional e política. Assim, coloca-se a importância do olhar singular às especificidades da juventude, em especial para a adolescência (dos 15 aos 18 anos), devido às grandes questões para o futuro nessa etapa de desenvolvimento. Neste período, o sujeito adentra o Ensino Médio, última etapa do ciclo básico e obrigatório de educação.

Aqui, compreende-se que o trabalho de educação sexual feito de forma restrita e superficial impacta de forma mais direta no desenvolvimento e na forma de lidar com a sexualidade no futuro. Ressalta-se a urgência de direcionar a atenção aos profissionais que hoje são majoritariamente responsáveis pela Educação em Sexualidade nas escolas. A grande parcela se encontra despreparada para tal exercício, pois, segundo Araújo, Augusto e Ribeiro, devido à dificuldade “[...] apresentada ao trabalhar com temas sobre educação sexual e gênero, que por falta de aprofundamento teórico, acaba utilizando conceitos de senso comum e vivências, demonstrando uma concepção de falha no ensino” (Araújo, Augusto, Ribeiro, 2010, p.3).

Desta forma, o presente estudo buscou evidenciar as principais questões apontadas pelos professores de Ensino Médio no trato da Educação em Sexualidade nas escolas, bem como refletir sobre as consequências desse cenário.

METODOLOGIA

A presente investigação se pautou na natureza qualitativa e bibliográfica de pesquisa, ou seja, segundo Gil (2002), a pesquisa é desenvolvida tendo materiais já elaborados como base, em especial artigos científicos e livros. O mesmo autor (2002) considera que a principal vantagem se encontra em permitir ao pesquisador uma ampla cobertura dos fenômenos já ocorridos, sendo uma modalidade vantajosa quando busca-se dados muito dispersos pelo espaço. Severino comenta que existem exigências na organização prévia e metodologia da pesquisa para que se alcance seu objetivo. Primeiramente, o amadurecimento do raciocínio é essencial, pois não se consegue “[...] a elaboração de um trabalho científico ao sabor da inspiração intuitiva e espontânea, sem obediência a um plano e aplicação de um método” (Severino, 2000, p. 73). O presente possui características de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte. Tal gênero, segundo Ferreira (2002) de trabalho abrange pesquisas que buscam listar, sistematizar e avaliar a produção em alguma área de conhecimento específica. O método implica a identificação de trabalhos produzidos na área, seleção e classificação dos documentos por meio de critérios estabelecidos de acordo com os interesses e objetivos do estabelecidos pelo pesquisador, descrição e análise das características e tendências do material encontrado e a avaliação de seus principais resultados, contribuições e carências.

A presente pesquisa objetivou sistematizar e analisar a produção científica que trata da Educação em Sexualidade nas escolas de Ensino Médio. Para a seleção dos trabalhos estudados neste trabalho, foi realizado uma busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de artigos sobre pesquisas que foram realizadas com professores de ensino médio e suas percepções sobre Educação em Sexualidade. Para o levantamento, foram usados os descritores “Educação Sexual”, “Ensino Médio” e “professores”. Foi selecionado o período de publicação dos artigos no idioma português de 2013 a 2022. O levantamento foi realizado no dia 11 de Julho de 2023 e foram exibidos 26 trabalhos inicialmente, contudo, dois se repetiram na plataforma; logo a seleção inicial se deu com 24 artigos. Posteriormente, foram excluídos aqueles que não continham em suas palavras chaves o termo “Educação Sexual”. Por último, foram considerados apenas aqueles cuja pesquisa se deu com os professores de Ensino Médio e de caráter qualitativo a fim de contribuir de forma mais aprofundada com o objetivo da pesquisa. Assim, apresenta-se informações referentes a artigos selecionados:

Tabela 1 - Seleção dos artigos analisados

Título	Autores	Ano	Palavras-chaves
Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba	Vanessa dos Reis Queiroz Janie Maria de Almeida	2018	Educação sexual Adolescência Conhecimentos Atitudes e práticas em saúde Professores escolares Ensino fundamental e médio
	Glauberto da Silva Quirino João Batista Teixeira da Rocha	2013	Educação sexual Sexualidade Ensino Médio Ensino fundamental Escola pública
	Nívea Aparecida Alves de Moraes Zara Faria Sobrinha Guimarães João Paulo Cunha de Menezes	2021	Ensino de biologia Educação Sexual Adolescentes
	Renan da Silva	2015	Adolescência DST Educação e saúde Educação sexual Ensino Médio
	Glauberto da Silva Quirino João Batista Teixeira da Rocha	2012	Sexualidade Educação sexual Gênero Escola

Fonte: As Autoras

Os dados encontrados nessas pesquisas foram categorizados conforme os assuntos abordados e com o objetivo de elucidar os pontos congruentes e destoantes sobre o tema na bibliografia consultada. A análise dos dados foi feita por meio da Análise de conteúdo calcada na proposta de Bardin, sendo esta uma das formas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa. Para Santos (2012), nessa análise, o pesquisador busca compreender as características que estão por trás das mensagens consideradas na pesquisa. Bardin (2011 apud Santos, 2012) indica que esta utilização de análise possui três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, ou, inferência e a interpretação dos mesmos.

5

CONSIDERAÇÕES DOS PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO SOBRE A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE

CATEGORIA: CONCEITOS DE SEXUALIDADE

Os conceitos de sexualidade entre os professores no trabalho de Quirino e Rocha (2012) se dividiu em

duas categorias: sexo e opção sexual. A primeira refere-se à diferenciação em termos biológicos (macho/fêmea) e psíquicos (masculino/feminino), a relação sexual/afetiva inerente e de caráter essencialista entre os seres. “Nela, há supremacia dos atributos biológicos em relação aos socioculturais, embora reconhecessem que não se poderia pensá-la exclusivamente através destes” (Quirino, Rocha, 2012, p. 211). Já a segunda categoria é pensada através da homo e heterossexualidade. Aqui, os autores (2012) observaram o uso do termo “opção sexual” com a conotação de uma clara escolha da identidade de gênero, uma vez que esta questão sofre diversas influências e se caracteriza como elemento considerável do processo transitório da adolescência. Neste ponto, os debates existentes na sociedade acerca da diversidade sexual foram introduzidos pelos participantes da pesquisa logo de início para reforçar o caráter polêmico do tema.

Compreender a sexualidade e suas manifestações por meios dos aspectos biológicos do sexo pode ser um caminho inicial, porém, não devem ser descartadas as análises sobre as transformações culturais e sociais.

Para Werebe (1998) as fronteiras flutuantes entre o sexual e não sexual dificultam a própria definição do termo “sexual” e suas noções; isto ocorre devido à impossibilidade de relacionar o sexual somente ao genital, assim como, pode-se admitir que comportamentos onde o genital é ausente possuem uma conotação sexual. “Esta conotação pode não ser explícita ou dar lugar a dúvidas, diante das ambiguidades que existem nesses comportamentos. Da mesma forma no explicitamente sexual, há aspectos não-sexuais” (Werebe, 1998, p.5).

CATEGORIA: EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE

Quanto ao tema de Educação em Sexualidade, as indicações nas pesquisas de 2012 dos autores (Quirino, Rocha, 2012) apontam que os professores acreditam que tal processo de ensino-aprendizagem deveria estar subsidiado em três eixos: o primeiro seria a relação sexual, o sexo como ato em si e para qual os/as estudantes deveriam ser preparados para exercê-lo com responsabilidade, visando evitar a gravidez na adolescência e as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs); o segundo eixo foca na fisiologia corporal e nas transformações corporais que diferenciam os sexos em viés biológico.

Os autores (2012) destacam que tal abordagem possui pressupostos biologizantes da sexualidade, sendo frequente a abordagem das questões de sexualidade nesse domínio. Como apontado pelos pesquisadores, a Educação em Sexualidade limitada pela dimensão biológica pode estar relacionada à formação acadêmica e continuada ineficazes dos professores, onde as questões histórico-sociais e culturais não são abordadas e relacionadas com a sexualidade, “[...] uma vez que estes/as reconhecem a necessidade de capacitação para melhor desempenharem sua ação pedagógica, pois não se consideram preparados/as ou seguros/as para desenvolver uma orientação mais efetiva” (Quirino, Rocha, 2012, p.218). Ainda neste aspecto, Bastos e Lüdke (2017) comentam sobre o papel fundamental do professor em sala quanto à relação dos saberes que emite e sua posição como também um aprendiz contínuo dos fatos que os cercam:

O professor, porque sujeito social, muitas vezes emite tais saberes e práticas e, justamente por esse motivo, a ele, como eterno aprendiz, é solicitada atenção ao estar consciente dos efeitos de poder, muito concretos, que esses discursos produzem na vida dos sujeitos envolvidos (Bastos, Lüdke, 2017, p.157).

No terceiro e último eixo, são abordados os aspectos comportamentais da sociedade que envolvem as práticas de homens e mulheres no desempenho de seus papéis e comportamentos sexuais nas relações - denominado de opção sexual - com destaque para o papel e responsabilidades na orientação dos adolescentes com um trabalho compartilhado. É salientado pelos autores (2012) o preconceito à diversidade sexual como um aspecto da sociedade atual. No trabalho realizado por eles em 2013, os autores citam que o trabalho de educação em sexualidade deve ser realizado de maneira grupal e não de forma individual, onde os professores entrevistados sugeriram o uso de projetos anuais para trabalhar a sexualidade que envolvesse a comunidade.

Quanto às estratégias para o trabalho, os professores da pesquisa citaram o uso de livros didáticos, vídeos, filmes, palestras, notícias, debates em sala e pesquisas feitas pelos alunos. Os temas relevantes foram selecionados a fim de sensibilizar e conscientizar os estudantes, sendo eles: “gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis, a virgindade, o ato sexual, a homossexualidade, e os métodos contraceptivos – estes incluíam: a tabela, a camisinha e a pílula” (Quirino, Rocha, 2013, p.681).

Queiroz e Almeida (2017), em seu trabalho, citam que a Educação em Sexualidade amplie a percepção de mundo do aluno e o auxilie na reflexão de como a sexualidade se apresenta na cultura por meio de um enfoque sociocultural da mesma. Dessa maneira, ela auxilia o sujeito a se prevenir de problemas de saúde e em seu amadurecimento sem ocorrer traumas e outras intempéries.

Morais, Guimarães e Menezes (2021), classificam as respostas dos professores entrevistados quanto à definição de Educação em Sexualidade em duas categorias. A primeira como modelo biológico-centralizado, focado numa abordagem simplista da sexualidade e suas relações com a fisiologia humana e prevenção de doenças, ausente de questões sociais e culturais. A segunda categoria, intitulada modelo biopsicossocial, inclui as questões sociais e culturais da sexualidade além dos aspectos biológicos da mesma, ampliando sua concepção. Para os autores, os professores entrevistados que adotam este modelo

[...] não se restringem aos aspectos fisiológicos e reprodutivos, abordando temáticas de relevância significativa para o adolescente, ou seja, uma compreensão da sexualidade de uma forma que não seja estritamente biológica, mas, sim, que inclua questões mais subjetivas (Morais, Guimarães, Menezes, 2021, p.143).

Assim, a intencionalidade, o planejamento e a organização são partes dos principiantes do processo da Educação em Sexualidade, com o objetivo de fornecer ao aluno uma formação que envolva conhecimentos e fomente reflexões, dúvidas e mudanças atitudinais; bem como transformações de valores e de uma cidadania ativa para o combate às discriminações e violências de gênero.

Para Werebe (1998) a Educação em Sexualidade deve oferecer ao seu público possibilidades de compreensão das dimensões e significados da sexualidade de maneira a incorporá-la de forma positiva em sua personalidade. É necessário considerar também o plano afetivo que é implícito; sendo esse o encontro entre os aspectos sociais, simbólicos e afetivos da sexualidade.

CATEGORIA: PROFESSORES E A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE

A seguir, busca-se trazer reflexões e considerações de professores/as inseridos na rede de Ensino Médio de diferentes locais do país. As investigações realizadas e apontadas pelos autores dos trabalhos convergem em diversos pontos, portanto, buscou-se para este trabalho trazer aqueles destoantes e de significância para o tema.

Na pesquisa de 2012 de Quirino e Rocha realizada numa escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio, objetivava conhecer as percepções sobre sexualidade e Educação em Sexualidade dos/as professores atuantes, indicou que a percepção docente em relação à Educação em Sexualidade é o principal estímulo para os adolescentes terem comportamentos sexuais entre os classificados como saudáveis, sendo está vinculada aos aspectos informativos e associadas ao bom senso. A mudança de paradigmas quanto ao tratamento da sexualidade pela sociedade também foi indicada, onde ela atualmente perde o rótulo de tabu tendo em vista que as práticas e vivências sexuais têm ganhado mais espaço de expressão. Para os autores (2012), está liberdade relaciona-se com o sexo falado mais abertamente, os temas de sexualidade mais presente nas mídias, a desvinculação do prazer, maternidade, as expressões sexuais e erotização precoce aumentados.

Ademais, em outros momentos, verificou-se que os/as professores/as acreditavam que a educação sexual era uma matéria relevante que deveria ser trabalhada desde o quarto ou quinto ano do Ensino Fundamental, pois para os/ as jovens, embora detivessem um saber prático sobre o assunto, faltava-lhes o conhecimento teórico, aliado à mídia que prejudicava o processo educativo, mostrando o sexo explícito, o que dificultava a prevenção das relações sexuais (Quirino, Rocha, 2012, p.217).

Na pesquisa publicada em 2013 com o mesmo grupo de professores, Quirino e Rocha (2013) constataram que o grupo entendia Educação sexual como um processo de orientação que envolve o preparo dos jovens para a relação sexual, prevenção de ISTs e gravidez, descrição da fisiologia e desenvolvimento corporal e o reconhecimento dos papéis de gênero, orientação sexual e suas modulações pelas relações sociais. Tal educação teve privilégio nas aulas de ciência e ter início no quarto ou quinto ano do Ensino Fundamental. Na prática, o trabalho de Educação em Sexualidade com os alunos ocorria em contextos específicos e de acordo com as demandas do grupo como comportamentos e dúvidas, segundo os/as docentes entrevistados. Nem sempre a demanda vinha à tona de forma explícita, acontecendo por meio de piadas que tinham a sexualidade implícita em seus conteúdos. Segundo os autores (ibid.), isso exigia astúcia por parte dos professores para perceber tal necessidade, culminando no trabalho sendo realizado por apenas alguns e não por todos. A postura docente citada também foi apontada como causas de questões como: pouca sensibilidade docente para tal percepção, despreparo teórico e conceitual, bem como o desinteresse por parte dos professores em discutir

com os alunos sobre a temática de gênero e sexualidade, e por fim, o privilégio dos conteúdos formais na dinâmica de trabalho.

Morais, Guimarães e Menezes (2021) citam que os professores de escolas públicas sua pesquisa reconhecem a importância da Educação em Sexualidade, mas suas limitações no trabalho com a temática geram dificuldades e resistência de sua parte. Além disso, a demanda é vinda diretamente dos alunos que “apresentam suas dúvidas, questionamentos, anseios e inquietudes” (Morais, Guimarães, Menezes, 2021, p.141); este aspecto também se encontra na pesquisa de Silva (2015). No trabalho (2021), os autores citam que houveram professores que classificam a Educação em Sexualidade como responsabilidade exclusiva da escola e outros que classificaram-a como exclusiva da família; contudo a maioria considerou que ambas as instâncias possuem responsabilidades sobre a Educação em Sexualidade.

Um dos professores de uma escola estadual de Ensino Médio entrevistados no trabalho de Queiroz e Almeida (2017), argumenta que a abordagem do conteúdo de sexualidade em sala de aula deve ser do docente de Biologia; porém que não deve-se restringir às questões fisiológicas e preventivas mas incluir as relações com o contexto social e debates sobre ações preconceituosas. Os autores também colocam que, segundo a maior parte dos professores, o diálogo deve ser a principal via para a discussão do tema, dando abertura aos alunos para que estes tragam suas questões para a aula, como citado a seguir: “Tento conversar com eles da forma mais aberta possível, sem moralizar e de forma natural, pois a sexualidade é intrínseca ao ser” (Queiroz Almeida, 2017, p.212). Já no trabalho de Silva (2015) os professores comentaram que os temas abordados contemplam os aspectos das ISTs.

Dentre os materiais e recursos utilizados pelos professores da pesquisa de Silva (2015), textos, figuras e exposições em slides e seminário foram citados por professores da escola pública e particular pesquisadas. No trabalho de Moraes, Guimarães e Menezes (2021), os autores citam que os recursos e estratégias diversificadas são essenciais à temática com o objetivo de despertar o interesse dos alunos visando uma aprendizagem qualitativa, levando-os à reflexão sobre crítica sobre o assunto. Além disso, coloca-se que o professor deve considerar o histórico de vida dos alunos, bem como suas experiências para assim vinculá-los aos conteúdos e conhecimentos adquiridos na aula, promovendo uma formação de sujeitos críticos.

Silva (2015) ao final de seu trabalho menciona a influência do contexto social no trabalho de Educação em Sexualidade.

Na classe mais favorecida, representada pela escola particular, observa-se o acesso a meios mais seletivos, de certa forma, como internet e livros; o que já não acontece com a classe menos favorecida, ou seja, os alunos que estudam nas escolas públicas, em que há falta de acesso a esses meios, provavelmente acabam favorecendo as relações com a família (Silva, 2015, p.231)

O autor ressalta que, ainda que o conteúdo previsto seja o mesmo nas escolas, as metodologias e relações empregadas de forma individualizada em cada escola geram diferentes aprendizagens. A mesma lógica se aplica quanto ao significado que estas aprendizagens possuem em cada contexto escolar (Silva, 2015).

A presunção de que a sexualidade é um assunto privado ou, pelo menos, restrito ao lado de fora da escola é algo comum, porém ela está presente na escola porque faz parte dos sujeitos de forma integral, sendo impossível transferi-la para outro espaço ou em algum período de tempo como um acessório que se possa despir (Miskolci, 2005).

Para Louro (1997), a escola produz e transmite conhecimentos, mas também é parte da fabricação dos sujeitos que nela se inserem. Assim, há a produção de identidades, etnias, gêneros, classes e outras identidades que se originam nas desigualdades. Logo, a escola como instituição comprometida com a manutenção da sociedade e sua estrutura, acaba por manter tais desigualdades de forma cotidiana. Contudo, as práticas escolares são coletivas e políticas, passivas de transformações, o que justifica a necessidade de inferir na continuidade dessas desigualdades. Assim, a Educação em Sexualidade passa a ser um mecanismo possível para tais inferências.

8 A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NAS ESCOLAS

Quanto à necessidade da Educação em Sexualidade dentro das escolas, Autor, et al. (2012) comentam que o trabalho com a temática deve ser constante, iniciado na relação com as famílias e sequenciado pela instituição escolar. Nesta, o desenvolvimento do trabalho deve ser de forma “[...] contínua, sistemática e crítica, para que os jovens tenham a oportunidade de ressignificar de maneira crítica e autônoma as diferentes questões com as quais se deparam no desenrolar de sua vida (Autor, 2012 et al., p. 30)”.

Nos ambientes escolares há diversos valores coexistentes em seu interior, assim, Freitas (2013) destaca alguns pressupostos que possibilita a realização da Educação em Sexualidade pelos professores por meio de uma ótima emancipatória. O primeiro pressuposto está no reconhecimento das diferenças entre os conceitos de sexo e sexualidade. Para a autora

Se tivermos clareza de que a sexualidade extrapola as relações sexuais e tem a ver com as relações de afetos, com as diferentes formas de ser homem e de ser mulher ou qualquer outra forma de transgênero, com as diferentes formas de perceber e desvelar o corpo, com o prazer que não é somente o sexual, dentre outros aspectos, possivelmente ampliaremos nosso conceito do que seja realizar um trabalho de educação sexual. Deste modo teremos a possibilidade de ficar mais tranquilos e abertos à realização de trabalhos intencionais de educação sexual com as crianças. O segundo pressuposto, tão importante quanto o primeiro, refere-se à necessidade de revermos nossos conceitos e preconceitos em relação à sexualidade (Freitas, 2013, p.51).

Logo o trabalho da Educação em Sexualidade realizado de maneira intencional exige uma auto avaliação quantos aos valores que carregamos e perpetuamos, identificando aqueles que possam discriminar de alguma forma os direitos sexuais dos seres no intuito de eliminá-los. Outro pressuposto comentado pela autora (ibid.) relaciona-se diretamente aos professores das escolas porém também aplica-se às famílias: a conscientização de que não há neutralidade ao lidar com os valores relativo à sexualidade. O desafio apontado é de como realizar o trabalho de Educação em Sexualidade de maneira emancipatória sem conflitar com seus valores e de suas famílias. Para Freitas (2013), evitar colocar os valores pessoais nessas ações é um passo necessário, ainda que considerar a multiplicidade de valores presentes nos ambientes escolares seja um árduo desafio.

Devemos ter clareza de que não somos neutros e que em toda informação que discutimos, seja ela verbal ou não verbal, temos a intenção, consciente ou inconscientemente, de influenciar o/a outro/a. Isto não significa dizer que possamos indicar para nossos/as educando/as e para suas famílias as normas e valores ou caminhos relativos à sexualidade que consideramos corretos, mas significa dizer que devemos estar mais atentos as nossas palavras, posturas, expressões, bem como aos nossos conceitos e pré-conceitos (Freitas, 2013, p.55).

O papel do educador em Sexualidade deve ser então o de respeito às diferenças e de proporcionar espaços onde alunos, membros do quadro escolar e família reflitam sobre tais diferenças e multiplicidade de valores para assim respeitá-los. Bastos e Lüdke (2012) consideram que ouvir os estudantes como meio de propiciar o diálogo entre eles e os professores seja a melhor estratégia de acesso às opiniões dos mesmos; assim, quando expostos os pensamentos de natureza desumana/pejorativa/preconceituosa estes podem ser refletidos e desnaturalizados. Para tal, é necessário entender a sexualidade como construção histórico-sociocultural que transcende os limites das ciências biológicas mantidos pela escola. “Isso implica, portanto, abordar o conceito de gênero tomando como referência as relações (de poder) entre mulheres e homens, e as muitas formas sociais e culturais que os constituem como “sujeitos de gênero e sexuais” (Bastos, Lüdke, 2017, p.168).

Conclusão

O objetivo do estudo foi evidenciar as principais questões apontadas pelos/as professores/as de Ensino Médio no trato da Educação Sexual nas escolas através de uma pesquisa de caráter qualitativo e bibliográfico.

Os resultados sinalizaram que a Educação em Sexualidade deve ter caráter sistemático dentro do ambiente escolar, de forma contínua e abrangente, tendo-se em mente que a sexualidade perpassa todas as fases do desenvolvimento humano. Logo, a atenção se volta em especial ao Ensino Médio, onde as ações realizadas são classificadas como pontuais e insuficientes por não fazerem parte de uma prática pedagógica contínua.

Tal fato se mostra como consequência do despreparo dos docentes para lidar com questões sobre sexualidade manifestadas na escola, além de um engessamento do currículo em concentrar os trabalhos de Educação em Sexualidade somente em um viés profilático e higienista. As práticas higienistas e a liberdade de expressão sexual repreendida, junto com crenças religiosas, caracterizaram a Educação em Sexualidade brasileira como promotora das relações heteronormativas do patriarcado e da crença da sexualidade como tabu.

Assim, pensa-se a Educação em Sexualidade de maneira ética, politizada e responsável como meio de compreensão das origens de pensamentos discriminatórios, amparando a desconstrução de tabus e mitos que assentam hierarquias e trazendo novos horizontes sobre a sexualidade. Neste contexto, pensa-se a Educação

em Sexualidade como parte de uma educação mais ampla e que compartilha de concepções, metodologias e ideologias com as ideias já dominantes. Assim, buscar uma prática pedagógica objetivando uma formação crítica do sujeito, oferecendo-lhe meios para compreender as raízes da relação humana com a sexualidade, as relações de poderes existentes e as manifestações ideológicas existentes, promovendo-o como sujeito ativo e protagonista de transformações socioculturais. Dessa maneira será possível sobrepujar as concepções restritas e que propagam ações de desumanização.

Referências

ARAUJO, K. C. V. de; AUGUSTO, V. O.; RIBEIRO, P. R. M. Algumas reflexões sobre educação sexual e estudos de gênero no trabalho de educadores do ciclo II e ensino médio. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 4, n. 1, p. 152–161, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2699>. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v4i1.2699>. Acesso em: 10 ago. 2022.

AVILA, A. H., TONELLI, M. J. F., ANDALÓ, C. S. DE A. Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 289-298, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/5vZsJnCDqBNtdJGZRCK7FbP/?lang=pt>. Acesso em 30 jun 2022.

BASTOS, G. D., & LÜDKE, E. Reflexões sobre gênero no ensino de Biologia: Um olhar sobre o discurso de estudantes do primeiro ano do Ensino Médio acerca da gravidez na adolescência. **Revista Contexto & Educação**, 32(101), 142–174, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6690> DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2017.101.142-174> Acesso em 22 ago 2022.

BORDINI, S. C. O lugar da Educação para a Sexualidade na disciplina de ciências e suas relações com o saber científico. **Revista Contexto & Educação**, 27(88), 62–76, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/371> DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2012.88.62-76> Acesso em 11 ago. 2022.

BRASIL. **Termo de Referência**: Instruções para Apresentação e Seleção de Projetos de Capacitação/ Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e a Diversidade Sexual. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/termo_ref.pdf. Acesso em 14 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf. Acesso em 14 ago. 2021.

ECOS – **Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana**. Promover a educação sexual nas escolas, 2001. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/623/623.pdf>. Acesso em 13 jun. 2022

FERREIRA, N.S.A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Vol 23, nº 79, p. 257 - 252, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf> Acesso em 13 set 2023.

FREITAS, D. L. de. Pressupostos de uma Formadora em Educação Sexual: lições da prática. **Revista Contexto & Educação**, 27(88), 35–61, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/366> DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2012.88.35-61> Acesso em 15 ago. 2022.

FURLANETTO, M. F., LAUERMANN, F., COSTA, C. B. DA, MARINI, A. H. Educação Sexual em Escolas Brasileiras: Revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v.48 n.168 p.550-571 abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/abstract/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053145084>. Acesso em 1 ago. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In LOURO, G. L (Org.) **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Autêntica Editora, 2019.

MAIA, A. C. B. RIBEIRO, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. Doxa. **Revista Paulista de Psicologia e Educação**, v. 15 (1), 41-51, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124985> Acesso em 22 set. 2023.

MISKOLCI, R.. Um corpo estranho na sala de aula. In: Abramowicz, A.Silvério, V. R. (Orgs.). **Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas: Papirus, 2005.

MORAIS, N. A. A. de; GUIMARÃES, Z. F. . S. .; MENEZES, J. P. C. de. Educação sexual: as percepções dos professores de biologia do ensino médio. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 135–156, 2021. DOI: 10.46667/renbio.v14i1.395. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/395>. Acesso em: 11 jul. 2023.

QUEIROZ, V. dos R.; ALMEIDA, J. M. de. Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 209–214, 2018. DOI: 10.23925/1984-4840.2017v19i4a9. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/31788>. Acesso em: 11 jul. 2023.

QUIRINO, G. DA S., ROCHA, J. B. T. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 43, p. 205-224, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/rX-wRNn9Lhr5Q9MJgMgZgMsL/abstract/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000100014>. Acesso em 25 jun. 2022.

QUIRINO, G. DA S., ROCHA, J. B. T. Prática docente em educação sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 19, n. 3, p. 677-694, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/rFqWjDCskZ7WvZwyybQJKJR/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-7313201300030001>. Acesso em 15 ago 2022.

RIBEIRO, P. R. M. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos de uma cidadania ativa. In: Rabelo, A. O.; Pereira, G. P & Reis, A. M. de S. (Org.). **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. De Petrus et Alii, 2013, p. 7-17. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602014000100012 DOI: Acesso em 2 ago. 2022.

SANTOS, F. M. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. Revista Eletrônica de Educação, v. 6, n. 1, p. 383 - 387, 2012. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>. Acesso em set 2023.

SEVERINO, A. J.. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, R. Quando a escola opera na conscientização dos jovens adolescentes no combate às DSTs. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 57, p. 221-238, jul./set. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.41170>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/gfzdzSRTsFkKGSFdxfljHLC/?lang=pt#>. Acesso em 14 mai. 2023.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, Política, Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.